

## EDUCAÇÃO POPULAR E QUILOMBOLA, BRASIL E AMÉRICA LATINA: REDE KILOMBO

N.V.C. FERREIRA<sup>1</sup>, D.M. CARCEGLIA<sup>2</sup>

Universidade Federal de Mato Grosso<sup>1</sup>, Universidade Nacional de Quilmes<sup>2</sup>

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-9165-0011><sup>1</sup>

[nilcevieiraufmt@gmail.com](mailto:nilcevieiraufmt@gmail.com)<sup>1</sup>

Submetido 28/04/2025 - Aceito 23/11/2025

DOI: 10.15628/holos.2025.18564

### RESUMO

Neste texto trazemos algumas reflexões a partir da compreensão da educação popular, traçando um breve paralelo com a educação quilombola, compreendidas como espaço de resistência, como vivências, na concepção de práticas de uma educação libertária, mas principalmente de espaços educativos concebidos como

construtores de culturas que transcendem tempos e o espaços, que trazem consigo memórias, histórias e, sobretudo, salvaguardam territórios e comunidades. Dialogamos com a educação popular e a educação quilombola, a partir das vivências, desafios e da intencionalidade da educação no Brasil e na Argentina.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Popular, Educação Quilombola, Quilombo, Argentina, América Latina.

## EDUCACIÓN POPULAR Y QUILOMBOLA, BRASIL Y AMÉRICA LATINA: RED KILOMBO

### RESUMEN

En este texto apuntamos algunas reflexiones a partir de la comprensión de la educación popular, trazando un breve paralelo con la educación quilombola, entendida como espacio de resistencia, como experiencias, en la concepción de prácticas de una educación libertaria, pero principalmente de espacios educativos concebidos como constructores de culturas que trascienden tiempos y

espacios, que traen consigo memorias, historias y, sobre todo, salvaguardan territorios y comunidades. A partir del análisis de fuentes documentales, dialogamos con la educación popular y la educación quilombola, a partir de las experiencias, desafíos e intencionalidades de la educación, en Brasil y Argentina.

**PALABRAS CLAVE:** Educación Popular, Quilombola Educación, Quilombo, Argentina, América Latina.

## 1 INTRODUÇÃO

Na historiografia da História da Educação é válido trazer reflexões sobre a compreensão da educação popular no Brasil e na Argentina, bem como traçar um breve paralelo com a educação quilombola. Ao nosso ver, essas formas de educar devem ser compreendidas como resistências, como vivências, como práticas de uma educação libertária, mas principalmente como construtoras de culturas que transcendem tempos e espaços, uma vez que as práticas desenvolvidas nesse contexto trazem consigo memórias, histórias e, sobretudo, salvaguardam territórios e comunidades<sup>1</sup>.

Ao mesmo tempo, no diálogo historiográfico, discorreremos sobre essas questões a favor da educação para populações tradicionais e comunidades periféricas e rurais. Propomos um avanço, ao compreendermos que nessas localidades, tanto a educação popular quanto a educação quilombola, ainda convive com opressões políticas, econômicas e culturais.

Tanto a educação popular na Argentina quanto a educação quilombola no Brasil compartilham, além disso, um forte caráter emancipador. Ambas buscam transformar a realidade dos setores historicamente marginalizados por meio da educação como ferramenta de conscientização e ação coletiva; e ambas têm como diretrizes o uso de metodologias participativas, no diálogo de saberes e no respeito à cultura própria de cada comunidade.

Embora a educação popular na Argentina surja principalmente como uma ferramenta de organização política e resistência diante das desigualdades de classe, e a educação quilombola se insere dentro de uma luta específica pelo reconhecimento da identidade afrodescendente em um contexto de racismo estrutural, ambas representam caminhos para uma educação mais justa e inclusiva. Em um contexto latino-americano onde as desigualdades persistem, essas pedagogias continuam sendo fundamentais para a construção de sociedades mais democráticas e equitativas.

Nesse contexto, neste texto, dialogamos com a intencionalidade de políticas educacionais que procuram consolidar ações e procedimentos para fortalecer as iniciativas populares, as diversidades e particularidades da educação para povos que resistem às opressões e as restrições impostas pelo Estado, pela estrutura e dinâmica da sociedade contemporânea.

Para fins de melhor compreensão, além da Introdução, o texto está organizado em três tópicos. No primeiro deles, dialogamos com a educação popular e suas nuances na Argentina. Em um segundo momento, analisamos brevemente alguns pressupostos referentes às aproximações entre educação popular e a educação quilombola. No terceiro tópico, o objeto de discussão é nosso espaço digital: a Rede Quilombo (2025). Por último, trazemos algumas reflexões sobre essas modalidades de ensino, delineamos algumas relações mais gerais entre essas modalidades de educação e a formulação de políticas educacionais mais inclusivas, tanto no Brasil, quanto na

---

<sup>1</sup> O texto resulta de duas pesquisas que contam com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Processo número 408437/2023-5 (CNPq, 2023) e Processo: 313334/2023-4 (CNPq, 2024).

Argentina.

## 2 EDUCAÇÃO POPULAR NA AMÉRICA LATINA E NA ARGENTINA

### Sobre o significante "Educação Popular"

O conceito de educação popular tem sido objeto de múltiplas interpretações ao longo da história, dependendo do contexto social, político e pedagógico em que está inserido. Embora sua origem refira-se a processos de ensino e aprendizagem voltados para os setores populares, a educação popular se tornou uma categoria de análise e uma prática transformadora que questiona as relações de poder na produção e circulação do conhecimento.

Historicamente, a educação popular tem estado ligada aos movimentos sociais e às lutas pela democratização do conhecimento. Sua gênese pode ser rastreada nas experiências educativas promovidas pelos setores subalternos na América Latina e em outras regiões do mundo. No campo da pesquisa que levamos a termo, é impossível dissociá-la do pensamento de Paulo Freire (2016), que a concebeu como um ato dialógico, crítico e conscientizador. Para Freire, a educação não é um ato de transmissão de conhecimento de um sujeito ativo para um sujeito passivo, mas um processo de construção coletiva do saber, no qual educadores e educandos se posicionam como sujeitos ativos de sua própria história.

Afinal, para Freire a “[...] educação como prática de liberdade, ao contrário daquela que é prática de dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado no mundo, assim também a negação do mundo como uma realidade ausente nos homens.” (Freire, 2016, p. 37).

Sob essa perspectiva, a educação popular se distingue da educação formal, pois não se limita à instrução acadêmica nem à certificação de saberes institucionalizados. Pelo contrário, configura-se como uma estratégia de resistência diante dos dispositivos hegemônicos que reproduzem desigualdades sociais e econômicas. Nesse ponto, torna-se evidente a necessidade de aprofundar as tensões que atravessam o significante educação popular, dada a polissemia que ele adquire conforme o contexto em que é empregado. Assim, o conceito de educação popular é, em si mesmo, um significante em disputa.

Como apontam outros autores (Gadotti, 1998; Kane, 2001; Carceglia y Cejas, 2021), seu significado varia de acordo com os quadros ideológicos e as intenções políticas de quem o enuncia. Em alguns casos, tem sido utilizado de maneira despolitizada, reduzindo-o a estratégias educativas voltadas para setores de baixa renda sem questionar as estruturas de poder que geram a desigualdade. Em outros casos, foi ressignificado como uma ferramenta de transformação social e construção de sujeitos críticos.

O caráter polissêmico do termo levou múltiplos atores —governos, ONGs, movimentos sociais, instituições educativas— a se apropriarem e redefini-lo de acordo com seus próprios interesses. Nesse sentido, cabe perguntar: é possível sustentar uma definição única de educação

popular? Ou devemos pensá-la como um campo de disputas no qual coexistem múltiplas interpretações?

Para responder a essas perguntas, é necessário recuperar as contribuições de diversos autores que problematizaram a relação entre educação e poder. Gramsci (1971), por exemplo, introduziu o conceito de *hegemonia cultural*, que permite entender como os grupos dominantes impõem seus valores e conhecimentos como universais. Sob essa ótica, a educação popular adquire um caráter contra-hegemônico, na medida em que busca desnaturalizar as formas de dominação e abrir espaços para a construção de saberes alternativos.

Uma das contribuições fundamentais da educação popular é sua capacidade de fortalecer processos de construção da cidadania. Sob uma perspectiva freireana (2016), o ato educativo não se reduz à aquisição de competências técnicas, mas implica uma tomada de consciência sobre a realidade social e política em que os sujeitos estão inseridos. Essa tomada de consciência é o ponto de partida para o exercício de uma cidadania crítica e participativa.

A educação popular, nesse sentido, não é apenas uma prática pedagógica, mas também uma prática política. Não se trata apenas de "educar os pobres", mas de gerar condições para que os setores historicamente excluídos sejam protagonistas de sua própria emancipação. Isto é, a educação popular é uma pedagogia do compromisso, na qual a aprendizagem está intrinsecamente ligada à ação transformadora (Streck; Esteban, 2010).

Mas apesar do seu potencial transformador - ou talvez precisamente por causa desse poder - a educação popular enfrenta múltiplos desafios no contexto atual. A mercantilização da educação, o avanço de discursos tecnocráticos e a consolidação de modelos neoliberais de gestão educacional geraram novas tensões em torno de sua implementação e reconhecimento. Em muitos casos, tentou-se reduzir a educação popular a uma metodologia didática, despojando-a de sua dimensão política e crítica.

Diante desse panorama, é necessário reivindicar a educação popular como um espaço de resistência e criação de alternativas pedagógicas. A apropriação de novas tecnologias, o fortalecimento de redes comunitárias e a articulação com outros movimentos sociais são algumas das estratégias que podem contribuir para sua revitalização no século XXI.

Podemos citar algumas experiências históricas no campo da educação popular que ficaram marcadas na memória e nas práticas de educadores e educadoras.

Na República Argentina, o Movimento de Sacerdotes para o Terceiro Mundo (MSTM), uma corrente de clérigos católicos argentinos influenciados pela Teologia da Libertação e pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), adotou um compromisso radical com os pobres e com a transformação social durante as décadas de 1960 e 1970. Esse movimento trabalhou em estreita relação com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), um modelo de organização religioso-territorial surgido no Brasil e que exerceu influência em diversos países da América Latina.

O Movimento de Sacerdotes para o Terceiro Mundo promoveu uma Igreja pobre e para os pobres, denunciando o capitalismo, o imperialismo e a desigualdade. Nesse contexto,

desenvolveu, principalmente através das Comunidades Eclesiais de Base – embora não exclusivamente –, espaços de educação popular nos quais a realidade era analisada seguindo o método "ver-julgar-agir", proposto pela Conferência Episcopal de Puebla (1979). Com essa abordagem, fomentaram ações educativas que iam desde a alfabetização até a formação política, baseando-se em uma leitura cristã da luta de classes (Scannone, 1985).

Ao mesmo tempo, no contexto efervescente da recuperação do governo nacional na Argentina por setores políticos que representavam o campo popular, surgiu a Campanha de Reativação Educativa de Adultos para a Reconstrução (CREAR). Essa campanha de alfabetização foi implementada oficialmente a partir de 8 de setembro de 1973 e ocorreu em um período marcado pelas contradições internas do partido governante e pelo processo de radicalização política vivido não apenas na Argentina, mas em toda a América Latina (Tosolini, 2011).

A campanha estava estruturada em três "operações": Operação Alfabetização, que buscava elevar os níveis de alfabetização e incentivar a continuidade educativa; Operação Resgate, que promovia exames de maturidade e nivelamento para concluir os níveis primário e secundário, além da recuperação das particularidades culturais de cada comunidade; Operação Centro, que compreendia modalidades aceleradas dos níveis primário e secundário, capacitação profissional e a organização de Centros de Cultura Popular. A metodologia adotada baseava-se na proposta de Paulo Freire (2016), especialmente em seu livro *Pedagogia do Oprimido*. O próprio Freire (2016) visitou a Argentina e realizou formações para os agentes da Campanha.

Na América Latina, a Cruzada Nacional de Alfabetização (CNA), realizada na Nicarágua em 1980, foi uma das experiências mais massivas e emblemáticas de educação popular em campo, tanto pela mobilização de educadores e educadoras de toda a América Latina quanto pelo trabalho de sistematização e produção de conhecimento que envolveu. Impulsionada pelo governo após a vitória da Revolução Popular Sandinista (1979), a campanha tinha como objetivo reduzir o analfabetismo – que afetava mais de 50% da população adulta – por meio de uma abordagem freireana de conscientização e participação coletiva (Torres, 1980).

Entre suas principais características, destaca-se a mobilização massiva: cerca de 60.000 brigadistas, principalmente jovens estudantes e professores voluntários, deslocaram-se para zonas rurais e urbanas da periferia. Sua metodologia foi inspirada na sistematização do trabalho de Paulo Freire (2016) e se concretizou em materiais de alfabetização, como *"O Amanhecer do Povo"*, que combinavam o aprendizado de letras e números com temas de justiça social, soberania e direitos trabalhistas. Foram utilizadas palavras geradoras, como "terra", "trabalho" e "Sandino", para vincular o aprendizado à realidade política.

Os relatórios oficiais indicam que, em apenas cinco meses – entre março e agosto de 1980 –, o analfabetismo foi reduzido de 50,3% para 12,9%. A UNESCO reconheceu o êxito da campanha, embora houvesse críticas sobre a instrumentalização política do processo. A partir dessa experiência, foram criados os Centros Populares de Educação de Adultos (CPEA) para evitar o retorno ao analfabetismo.

Corroboramos a ideia de que tanto a educação popular quanto a educação quilombola ocupam um domínio de convergência de práticas sociais que se articulam à construção do conhecimento a partir de saberes conhecidos e notórios nas comunidades. No breve retrospecto que trouxemos, é possível ver parte das lutas em prol da apropriação, pelas classes populares, de seus próprios saberes, afinal, há um grande legado pedagógico, teórico e prático que lhes foi deixado por seus antepassados e é vivenciado cotidianamente, constituem saberes mediados em diferentes âmbitos e espaços nos quais se desenvolvem nas relações e vivências diárias.

### 3 REDE KILOMBO: APROXIMAÇÕES COM A EDUCAÇÃO POPULAR

A Rede Kilombo (2025) tem como foco analisar e publicizar a história de instituições escolares quilombolas, bem como promover a investigação de circulação de políticas educacionais, de políticas afirmativas para estudantes quilombolas, experiências, saberes e fazeres docentes e experiências educacionais que sirvam como forma de superação de desafios, enfim, de uso de táticas e estratégias<sup>2</sup> que no contexto educacional, tanto na educação popular quanto na educação quilombola, ajudam a superar os desafios para acesso e permanência de populações expropriadas do acesso ao conhecimento nas instituições de ensino.

Pesquisadoras e pesquisadores vinculados à Rede Kilombo (2025) enveredam-se em um vasto campo a ser explorado e ainda pouco estudado sobre a história das instituições educacionais, sobre políticas educacionais populares e/ou quilombolas no Brasil e na América Latina.

Analisar instituições escolares e circularidades de modelos educacionais, formação e atuação profissional na docência, saberes e fazeres populares, para nós, é pensar como a educação escolar, por vezes, distancia-se dos pressupostos de educação popular, cuja concepção prática e teórica, mune-se de múltiplas metodologias educacionais que articula saberes, fazeres e práticas, dimensões culturais e o compromisso habitual com o diálogo e o protagonismo das comunidades frente às políticas e às transformações sociais.

Nos espaços de diálogos e reflexões com povos tradicionais, nos quais sobrevivem múltiplas culturas que se constituem como lugares plurais de (res)significado, as movimentações referentes à história, à cultura, aspectos importantes da educação popular e quilombola, promovem o reconhecimento efetivo da educação escolar e da cultura local como uma forma de trazê-las para dentro das salas de aulas, a partir atividades colaborativas realizadas por docentes e aprendizes. Ou dito de outra forma, compõem formas de educação que valorizam o contato, as vivências, a oralidade e suas inter-relações com tradições, ancestralidades, religiosidade, artes, estilos de vida.

Ao nos referirmos especificamente à educação quilombola, a exemplo, Kabengele Munanka (2006) ressaltou que os povos africanos e seus descendentes resistiram culturalmente para defender suas identidades, dignidade e liberdade, modelando a cultura e a pluralidade da

<sup>2</sup> Uma possível definição para tática: técnica, método, meio, sistema, esquema, procedimento, plano, processo, habilidade, recurso e para estratégia: combinação engenhosa para alcançar uma meta, a partir de Michel de Certeau (1994).

identidade brasileira.

Já em relação à educação popular, entre as experiências mais inovadoras, na Argentina durante a década de 1990, destaca-se a Universidade Trashumante. Esse projeto pedagógico itinerante surgiu como resposta às profundas transformações sociais provocadas pelas políticas neoliberais, que geraram uma crescente exclusão de amplos setores populares (Cascone, 2009). Diferentemente das instituições educacionais tradicionais, a Trashumante concebeu o espaço educativo como um território em movimento, levando oficinas de formação política, cultural e técnica para zonas rurais isoladas, bairros urbanos da periferia e comunidades indígenas. Sua metodologia baseava-se em três princípios fundamentais: a horizontalidade na construção do conhecimento, o diálogo entre saberes acadêmicos e populares e a articulação orgânica com as lutas territoriais.

O modelo pedagógico da Universidade Trashumante desenvolveu uma forma particular de intervenção educativa que combinava oficinas itinerantes com processos de pesquisa-ação participativa. Cada "trashumância" (como denominavam seus percursos) partia de um cuidadoso diagnóstico comunitário que identificava as necessidades e saberes locais. As atividades incluíam desde oficinas de alfabetização e formação política até capacitações técnicas em agricultura sustentável ou saúde comunitária, sempre adaptadas aos contextos específicos. Um aspecto inovador foi seu sistema de "professores viajantes", no qual educadores e educadoras populares conviviam durante semanas com as comunidades, gerando processos de aprendizagem coletiva que transcendiam a mera transferência de conhecimentos. Como afirma Cascone (2009) em seus escritos, essa metodologia permitiu "aprender caminhando", rompendo com a dicotomia tradicional entre teoria e prática.

O impacto dessa experiência vai além do estritamente pedagógico. A Universidade Trashumante tornou-se um ator chave na articulação de movimentos sociais durante os anos 90, particularmente na resistência ao modelo neoliberal. Suas oficinas funcionaram como espaços de organização popular onde se discutiam alternativas concretas aos problemas comunitários, desde a criação de cooperativas até a defesa de direitos territoriais. Muitos dos participantes desses processos tornaram-se depois referentes de movimentos sociais e organizações comunitárias. Embora com menor visibilidade na atualidade, seu legado persiste em diversas experiências de educação popular que retomam sua abordagem itinerante e seu compromisso com a construção de conhecimentos desde e para os setores populares.

Uma das heranças mais fortes dessa experiência está, talvez, na criação da Universidade Camponesa UNICAM SURI (Universidade Camponesa – Sistemas Rurais Indocamponeses) na província de Santiago del Estero, no Km 924 da Rota Nacional nº 9 (Departamento Ojo de Agua – Santiago del Estero), por parte do Movimento Camponês de Santiago del Estero (MOCASE) (Michi, 2010). A UNICAM SURI nasceu no interior do monte, a partir da necessidade dos camponeses e camponesas do movimento de gerar um espaço para os encontros e construir ferramentas de análise e de transformação da realidade nos territórios, nas comunidades; sendo um espaço onde camponeses, indígenas, trabalhadores urbanos e rurais trabalham o direito a uma formação que permita não apenas recuperar e reivindicar sua própria cultura, mas também educar a partir de outro olhar, para que trabalhadoras e trabalhadores não sejam marginalizados como meros receptores de uma cultura alheia, mas sim como sujeitos ativos da construção coletiva de uma nova educação e de um novo mundo.



A Trashumante, portanto, demonstrou que a educação podia ser um ato de criação coletiva que transcendia os muros institucionais para se fazer presente nos territórios e em suas lutas.

Nos dois formatos de educação com os quais dialogamos, o que importa é a valorização do patrimônio, da cultura, de identificação com tradições e costumes das comunidades, cujas diretrizes curriculares diferenciadas visam o conhecimento de sua cultura, de seu pertencimento a uma dada sociedade. Ou seja, a formação educacional deve garantir o respeito à cultura, dado que são populações que vivem em comunidades, em regiões periféricas ou no meio rural, cujas práticas respeitam e valorizam aspectos étnicos, culturais e territoriais de cada localidade.

Assinalamos que a Rede Kilombo (2025) corrobora a intenção de ampliar os estudos sobre a história da educação popular, de instituições escolares e suas práticas de formação, bem como outros estudos a respeito de modelos nacionais e internacionais que tiveram a intencionalidade de introduzir novas práticas e de se adequar a educação brasileira aos padrões em circulação, em âmbito nacional e internacional, o que nos habilita a identificar se houve [há] uma apropriação seletiva de ações educativas que podem ajudar a superar as problemáticas educacionais.

Ao longo dos anos temos analisado “[...] um conjunto de dispositivos legais considerados como artefatos de uma política educacional voltada para a afirmação da diversidade cultural e da concretização de uma educação das relações étnico-raciais nas escolas [...]”. (Ferreira; Bomdespacho; Martins, 2022, p. 151).

Sem dúvida, acreditamos e defendemos que a educação se coloca como instrumento/ferramenta fundamental no processo de superação de desigualdades sociais, culturais, educacionais, econômicas, entre outras. Embora saibamos dos desafios postos na atual conjuntura para materialização dos direitos sociais e políticas públicas que versam sobre a temática, compreendemos que muitas possibilidades de avanço se evidenciaram por meio de legislações e normativas que nos últimos anos regularam essas modalidades educacionais.

Ao mesmo tempo, esse processo de superação não pode ser concebido a partir da solidão de um ou outro governo, de um ou outro país, que ocasionalmente encarne a luta pelos interesses das populações mais desfavorecidas. Essa superação deve ser regional, para se sustentar ao longo de décadas – que é o tempo necessário para uma transformação profunda e efetiva da realidade – em um processo de intercâmbio de saberes construídos, de experiências realizadas, de compromissos educativos e territoriais articulados, com o objetivo de gerar a trama latino-americana que dignifique a vida do povo.

Legislações comuns, políticas públicas sustentadas pelo tecido regional, espaços de estudo e planejamento que convoquem as vozes populares junto às especializações acadêmicas são indispensáveis para esse propósito. A Rede Kilombo (2025) se propõe a esse horizonte utópico ao estabelecer um ponto de conexão entre pesquisadoras, pesquisadores, moradores de comunidades, docentes e estudantes, para compartilhar ideias e valores entre a comunidade acadêmica e a sociedade global.

Depreendemos ainda que constituem modalidades que corroboram para o avanço do conhecimento, viesada com o campo dos direitos humanos, dado que se voltam igualmente uma formação que privilegia a inclusão social, a superação das desigualdades sociais, a valorização igualitária das várias culturas, a preservação ambiental e o desenvolvimento educacional local e regional.



Ademais, a Rede (Kilombo, 2025) é um observatório de instituições escolares e circularidade de modelos educacionais e resulta, em alguma medida, de reflexões decorrentes de pesquisas que realizamos no campo da educação e de um conjunto de questões que despontaram ao longo de nossas experiências na docência.

Nossas pesquisas encontram-se articuladas com outra Rede firmada mediante Acordo Específico de Cooperação mútua e interinstitucional, desde 2017, a Rede de Pesquisa, Ensino e Extensão em Educação nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, Brasil e América Latina (RECONAL – Edu, 2025), de modo a estabelecer cooperação com partícipes com objetivo de ampliar o campo de estudos e pesquisas entre as regiões brasileiras e a América Latina. A Rede busca ainda promover, divulgar e estimular entre os integrantes das instituições parceiras o compartilhamento de conhecimentos e experiências educacionais, além de incentivar a produção de conhecimento, sistematizar, articular e disseminar pesquisas conjuntas, regularidade na produção científica em periódicos especializados, publicação de livros e capítulos autorais. Ao estimular a participação em eventos científicos e a produção de jovens pesquisadoras e pesquisadores, propicia debates, a dialogicidade, a discussão e divulgação da produção acadêmica de pesquisadores e pesquisadoras dessas regiões.

Para fins de esclarecimento, a RECONAL-Edu (2025) é formada por: **Instituições Fundadoras:** Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), Instituto Federal de Rondônia (IFRO), Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), Universidad de Cartagena (Colômbia), Universidad La Patria Grande (Argentina), El Colegio San Luis (México), e **Instituições Associadas:** Universidade Federal de Goiás (UFG); Universidade El Salvador (Argentina); Universidade Nacional de Lannus (Argentina); Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). (RECONAL-Edu, 2025).

Em suma, a Rede tem como principal objetivo promover, divulgar e estimular a integração acadêmica entre pesquisadores, instituições parceiras e programas de pós-graduação, para compartilhar e difundir resultados de pesquisas, conhecimentos e experiências educacionais, articular pesquisas, práticas de ensino e de extensão conjuntas, que privilegiam a interface e o diálogo por meio de participação em congressos, conferências, missões culturais, participação em bancas de qualificação e defesa, entre outros eventos acadêmicos que possam ser executados em parceria.

Nessas investigações e pesquisas que expandimos em rede, deparamo-nos com inúmeras lacunas que abordam as temáticas educação popular e quilombola, tais como: formação e circulação de modelos para a educação popular e quilombola, políticas públicas, programas de formação e trabalho docente, currículos, infraestrutura das escolas, condições de atendimento, materiais didáticos, campanhas de formação para professores, dinâmica da educação no meio rural, na educação popular e quilombola, desafios que profissionais da educação para essas populações, em sua maioria mulheres, enfrentam nas salas de aula e nas comunidades para o fomento a sua própria educação, entre outras temáticas diretamente relacionadas às questões de gênero e suas implicações nos espaços de escolarização e de atuação docente.

Esses estudos muitas vezes invisibilizados pela história oficial, merecem ser publicizados, afinal, professores e habitantes de comunidades nas quais ocorrem a educação popular e a educação quilombola fundaram instituições educativas, geriram escolas, alfabetizaram crianças, jovens e adultos, ministraram aulas e envolveram-se em movimentos comunitários pelo direito à própria educação, transformando seus contextos educacionais.

Destacamos que tanto as pesquisas nas comunidades quanto com outras fontes históricas, implica debruçar-se sobre fatos e acontecimentos passados que apontam que, tanto nas escolas quanto nas comunidades, a realidade é social e/ou culturalmente edificada e assume o caráter de uma construção cultural própria, redefinindo novas abordagens no campo historiográfico e de formação docente.

Ademais, os testemunhos como esse trazem consigo possibilidades de suscitar outras análises, tais como a realidade social, cultural e educacional que envolvem o cotidiano escolar e formativo, práticas e representações de profissionais da educação popular e da educação quilombola e de suas produções, a partir da compreensão dessas comunidades e da educação como um todo, o que pode revelar tensões, mudanças, o que é duradouro, a permanência, estruturas sociais, como dito por Le Goff (1990).

#### **4 UM ESPAÇO EM REDE: KILOMBO.PRO.BR**

A Rede Kilombo (2025), um repositório digital, foi criada em 2024, a partir de uma percepção de que há “[...] lugares onde a memória se cristaliza e se refugia.” (Nora, 1993, p.7). Contudo, esse repositório não é um lugar estático, mas é um espaço criado para reunir pesquisas historiográficas, memórias de eventos e atividades educativas realizadas por integrantes da Rede que moram em comunidades rurais, ribeirinhas, jovens quilombolas, docentes que atuam em sala de aulas e de pesquisadoras e pesquisadores que estudam essas comunidades, registram seus textos, publicitam suas atividades e práticas pedagógicas. São registros históricos que rompem os centros físicos de memória, como bibliotecas e acervos, para avançarem para os espaços digitais e ficarem ao alcance de qualquer pessoa, em qualquer lugar do mundo.

Essa é uma rede aberta e gratuita, na qual qualquer pessoa pode ter acesso aos resultados de pesquisas científicas e de registros que são disponibilizados por seus integrantes, seguindo os pressupostos de que o conhecimento científico é um bem público e, portanto, deve ser acessível a todas e a todos. Colocada em cena pública, a rede está à disposição de quem quer conhecer um pouco mais sobre a educação popular e sobre as políticas públicas educacionais para territórios quilombolas. Perpassa seus fundamentos, os elementos constitutivos: a dimensão historiográfica e a valorização da educação popular e quilombola. É um memorial à disposição de seus integrantes que a alimentam, liberado para quem busca acesso ao conhecimento. É um instrumento de excelência que avança para ser empunhado em várias mãos e em todas as direções.

Nessas trilhas que percorremos, cultivamos uma dimensão colaborativa e a publicitação que vai do histórico para o rememorativo, dado que a Rede Kilombo (2025) é resultado de um Projeto mais amplo, que conta com fomento do CNPq (2023), intitulado “Rede Mato-Grossense Quilombos: Observatório de Instituições Escolares e Circularidade de Modelos Educacionais para a Educação Quilombola em Mato Grosso e Rondônia”. Esse projeto de pesquisa encontra-se institucionalmente registrado na Pró-reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT (2025) e foi elaborado em decorrência de investigações, participação em grupos e redes de pesquisa, de ensino e de extensão que nos últimos anos tem levado pesquisadores e pesquisadores, docentes e estudantes de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*, de regiões brasileiras e as instituições às quais pertencem, à um estreitamento e/ou aprofundamento de estudos sobre a temática, inclusive decorrente da aproximação e convivência com comunidades quilombolas e com outros pesquisadores da educação popular na América Latina.

O Grupo de Pesquisa em História da Educação, Acervos Históricos Institucionais e Gênero – GPHEG (2025), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE-UFMT (2025), em Cuiabá, Mato Grosso, coordena a Rede Kilombo (2025), em parceria com integrantes de outras instituições de ensino.

Nas páginas dessa rede é possível, por exemplo, encontrar registros de atividades escolares, de cursos e de encontros, de expedições de viagens de estudos para visitar instituições de gestão e escolares de Mato Grosso e Rondônia, conhecer algumas comunidades quilombolas e projetos de pesquisa e extensão realizados por pesquisadoras e pesquisadores.

De fato, nessas páginas disponibilizamos fontes documentais, dissertações, teses e registros fotográficos, entre outros documentos que resultam das pesquisas, visitas, eventos e reuniões de estudo realizadas por diversos integrantes. Cabe destacar que para disponibilizar essas fontes, é preciso estudos teóricos, ações e práticas extensionistas, bem como o envolvimento de uma equipe multidisciplinar que coleta, cataloga e organiza as fontes que irão compor o acervo digital, de modo que possam ser disponibilizadas para consulta. Os esforços conjugados possibilitam identificação de novas e, ainda não conhecidas, fontes de memória que nos permite salvaguardar e difundir lugares e espaços de memória com um caráter histórico “[...] graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.” (Le Goff, 1990, p. 366). A seguir, trazemos uma figura da Rede Kilombo (2025).

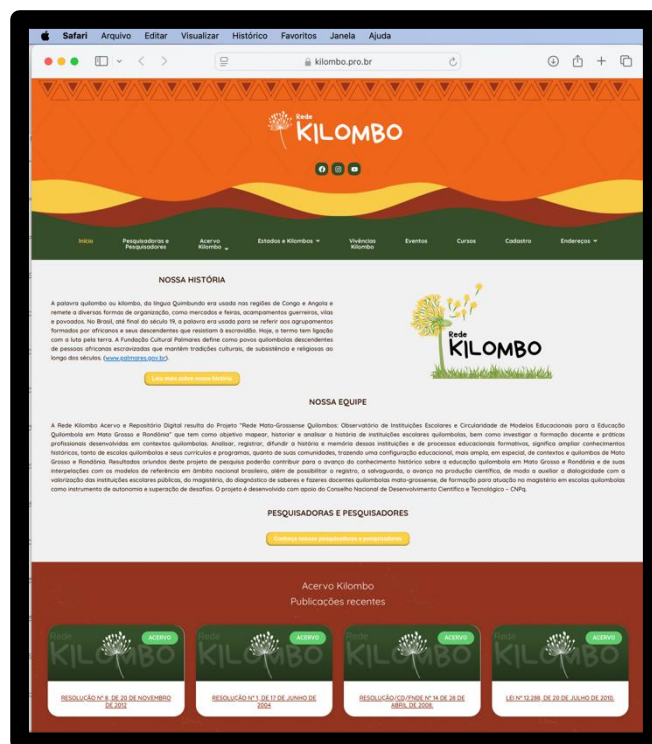


Figura 1 - Rede kilombo.pro.br (2025)

As nossas reflexões desses momentos históricos, portanto, abraçam as tecituras de um fio ou de uma trama para assimilar gradativa e seguidamente, mas não tanto para desfiar conhecimentos da educação popular ou para registrar nossos esforços na disponibilização de fontes para consulta online gratuitamente. Unimo-nos, sobretudo, para discutir algumas ideias que nos parecem muito relevantes para pensar a educação a partir de nosso ofício docente, de nossos inúmeros regramentos e metodologias, a partir de nossas comunidades e seus saberes ancestrais, o que nos obriga a rever e a raciocinar sobre nossa própria prática dentro de domínios restritos ao sistema escolarizado, frente ao papel e o sentido histórico da educação popular e da educação quilombola: como resistência e oposição ao *status quo*.

Nos percursos que construímos, articulamos nossas reflexões entremeadas em nossas redes, mas que exigem sempre um repensar, um outro ordenamento para as relações sociais, para as atividades docentes e estudantis, enfim, para o erigir de novos caminhos, de outras pontes entre o conhecimento escolarizado e o saber das comunidades. Passos de integrantes de nosso coletivo se unem às comunidades e compreendem a educação como um saber compartilhado. Isto é, compreendemos as relações entre teorias, práticas de educação e conhecimento científico como ferramentais que efetivamente se modificam e transformam aqueles e aquelas que se municiam deles. Construímos, assim, uma educação que se cria coletivamente sem renunciar ao rigor metodológico da pesquisa, das competências, da criticidade, do respeito aos diferentes saberes.

No processo de construção da Rede Kilombo (2025), compreendemos que este é um espaço de socialização de saberes, onde cada qual, todas e todos, estão em constante aprendizado e se assumem como pessoas conscientes de seus saberes e fazeres, como responsáveis por ações que garantem o comprometimento com atitudes que rompem com as diversas formas de opressão e incluem processos dialógicos de aproximação, de leitura de mundo e de problematização da realidade, o que requer apropriação de outros saberes e realidades. Nesse quesito, buscamos aprofundar a relação educação popular, escolas, academia e comunidade, construindo uma força e uma proposta alternativa, o fortalecimento de diversas redes e articulações de iniciativas populares e comunitárias por meio de processos criativos e pedagógicos críticos e propositivos. Como Freire (2016) nos diria, para nós docentes “há um que fazer”. De fato, a história da educação é uma construção inacabada, uma construção radicalmente humana e permanentemente inacabada, cotidianamente em construção.

Em suma, corroboramos a ideia de que a conjuntura política, social e educacional traz sempre novos e permanentes desafios nem sempre exclusivos de trabalho educativo. Esse é um fato intrigante e, do nosso ponto de vista, basilar para as pesquisas, projetos de ensino e de extensão nos quais nos envolvemos. Retomando as palavras de Freire, a educação para nós é “[...] um quefazer permanente. Permanentemente, em razão da inconclusão dos homens e do devir da realidade... Dessa maneira, a educação se re-faz constantemente na práxis. *Para ser tem que estar sendo*” (Freire, 2016, p. 127). Assim, apropriando-nos das palavras desse autor, como somos e estamos sendo, movimentamo-nos nesse norte, em nossas ações e proposituras.

## ENTRE NOSSAS CONSIDERAÇÕES E O DEVIR

Neste texto, recuperamos algumas reflexões sobre saberes e experiências de ensino, pesquisa e extensão que desenvolvemos, durante as quais procuramos romper com a concepção de divisão social de saber, dado que nos parece que esses saberes e práticas encontram-se aprisionados ou invisibilizados nos espaços e sistemas escolarizados e, portanto, fechados no domínio de pessoas especializadas, formadas.

Abrimos uma fresta, uma trilha e, embora a conjuntura política, social, cultural e educacional sempre apresente novos e permanentes desafios em nosso ofício educativo, apontamos algumas questões fundamentais para o devir nos espaços que compartilhamos em rede.

As análises empreendidas contribuem para expandir o conhecimento de aspectos relevantes da educação popular e quilombolas frente ao conhecimento científico solidificado nas academias que acaba, muitas vezes, por produzir uma divisão social do conhecimento.

Em nossas atividades educativas, buscamos abrir novas frentes para a propagação de nossas ações e soluções para vencer contratempos que essas atividades nos apresentam, bem

como propagar e difundir novas abordagens, de forma adequada e inovadora, como alternativas para manter regularidade e a promoção de interação e difusão dessas atividades.

Sabemos que temos que oferecer formação de elevada qualidade científica e nível acadêmico, mas ao mesmo tempo, queremos nos situar e nos comprometer com o contexto sócio-histórico no qual vivemos. Longe de produzir tecnocratas, almejamos que nossas instituições de ensino superior formem quadros técnico-políticos sólidos e comprometidos com a formulação e execução de políticas públicas emancipatórias, inclusivas e de ampliação de direitos, que nossas instituições acadêmicas se mobilizem na construção de verdadeiros sistemas nacionais e regionais de produção e cooperação científica e tecnológica para conduzir, planejar e organizar os processos educativos que favoreçam uma formação para o desenvolvimento econômico, cultural, social, comunitário e produtivo nas comunidades.

A história recente das regiões em estudo mostra que processos emancipatórios isolados não se sustentam no tempo se não houver empoderamento mútuo entre as populações que o compõem. Nossa convicção é a de que a prática de pesquisa é uma construção coletiva duradoura, que se sustenta por meio dos processos de ensino, de aprendizagem e de extensão. Sustentamos que é imperativo, para equilibrar a relação de forças entre saberes populares e científicos, consolidar uma narrativa mobilizadora de origem e destino, na qual os conhecimentos da comunidade sejam também conhecimentos das instituições de ensino superior e vice versa; é imperativo propor uma historiografia alternativa e popular, um novo quadro interpretativo, que desloque as historiografias liberais oficiais e o pensamento único globalizado das instituições de ensino superior para as comunidades e destas para a academia.

Defendemos o valor do pensamento científico, sem nos fecharmos ao universalismo da contemporaneidade e seus pressupostos, mas assumimos o desafio de estudar, articular e divulgar o pensamento humanista, social e educacional de comunidades quilombolas; de promover o diálogo de saberes entre culturas e matrizes de pensamento da educação popular; de pensar, gerar e suscitar conhecimentos e meios de divulgação desses saberes e fazeres em sistemas *open source* ou *open access*.

Na rede que compomos, apresentamos, portanto, a meta de potencializar recursos, saberes e conhecimentos já existentes, para formar e consolidar uma massa crítica de cidadãos e cidadãos, de quadros e agentes políticos, de técnicos administrativos e sociais, de docentes capazes de pensar, desenhar, sustentar, fortalecer e consolidar os processos de emancipação, integração e igualdade em nossa sociedade. Por isso, nossa proposta adota um formato de rede que permite que diferentes integrantes da equipe ocupem o protagonismo com intensidade variável, de acordo com os interesses específicos de cada uma/um.

Ademais, ao propor como *locus* a educação popular e quilombola, compreendemos como nossa responsabilidade histórica promover, acompanhar, construir e fortalecer redes e nós de cooperação na tarefa de sistematizar as práticas das organizações de comunidades, de acompanhar os processos de reflexão e construção coletiva, de produzir e difundir conhecimento crítico, próprio e autônomo.



Redirecionamos nossos olhares, recursos, conhecimentos e vínculos para formar verdadeiras redes de cooperação educacional, valorizando saberes e interesses, formulando estratégias de desenvolvimento autônomo da pesquisa e de suas etapas, no desenho e na articulação de metodologias adequadas às realidades, prioridades, projetos e identidades, frente a diversidade de integrantes que as compõem. Com efeito, consideramos fundamental pensarmos e olharmos juntos nossas fontes, estudos em grupo, expedições e visitas às comunidades, eventos e publicações coletivas, entre outras possíveis parcerias.

A pesquisa, igualmente, é essencial para a conscientização e valorização da formação de jovens pesquisadores e pesquisadoras da educação popular e da educação quilombola, bem como é estímulo e incentivo à pesquisa e à formação em nível de pós-graduação e para o exercício da profissão docente.

Em âmbito mais específico, ao incluir na equipe de pesquisadores estudantes dos cursos de graduação, pesquisadoras e pesquisadores de instituições e comunidades parceiras, a Rede Kilombo (2025) poderá colaborar para o aprimoramento de formação de pesquisadoras e pesquisadores que a ela se vinculam, propiciando avanço do conhecimento científico e a circularidade de saberes.

Em síntese, nessa nossa caminhada na educação popular, nas comunidades nas quais transitamos, aprofundamos experiências de colaboração acadêmica interinstitucionais e comunitárias, uma vez que estão envolvidos na pesquisa representantes de instituições superiores, da Educação Básica e de outras instituições da sociedade civil.

Destarte, uma escrita analítica e historiográfica da educação, de instituições escolares, de suas práticas e modelos de circularização de conhecimento permite ainda o acesso não somente às percepções de moradores das comunidades e das instituições de ensino a respeito da formação educativa, profissional e política, mas também traz a percepção mais acurada de desafios e lutas cotidianas, de determinados posicionamentos nas instituições escolares, nas comunidades e na sociedade, além de diálogos com a valorização da identidade étnica, do magistério, da educação, da formação docente, da escolarização formal e informal, além de outros aspectos como equidade, igualdade, autonomia, raça e gênero, em prol de uma educação mais equânime para todas e todos.

A educação, em quaisquer de seus formatos, escolarizada ou popular, encontra-se marcada pelos vínculos que as pessoas, profissionais da educação e outros, detêm com as comunidades na qual se inserem, onde residem e têm que problematizar desafios e obstáculos visando a superação de barreiras interpostas por uma dada realidade.

Por fim, ao abordar um universo de significados, significações, ressignificações e representações, pensamos ser possível compreender as interpretações que as populações, em seus *lócus* e ofícios, constroem sobre si e sobre suas vivências, suas tradições e sobre os artefatos e maquinarias educativas, bem como trazer novas concepções do que sentem e pensam sobre as vivências pessoais e grupais, em específico, se consideradas a educação popular e quilombola.



## REFERÊNCIAS

- CARCEGLIA, Daniel; CEJAS, Adriana. (2021). *Alfabetización y educación popular: una propuesta para leer el mundo, escribir cada historia y transformar la realidad*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes.
- CASCONI, Ricardo. (2009). *Universidad Transhumante: educación popular y movilización social*. Buenos Aires: Prometeo Libros.
- CERTEAU, Michel de. (1994). *A Invenção do Cotidiano - Artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Lopes. Petrópolis: Vozes.
- CNPq. (2023). *Projeto de Pesquisa Rede Mato-Grossense Quilombos: Observatório de Instituições Escolares e Circularidade de Modelos Educacionais para a Educação Quilombola em Mato Grosso e Rondônia*. Brasília, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
- CNPq. (2024) *Professoras Quilombolas: Mulheres e Missionárias nos Quilombos de Mato Grosso (Formação e Atuação)*. Bolsa Produtividade em Pesquisa - PQ-2. Brasília, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
- FERREIRA, Nilce Vieira Campos; RODRIGUES, Luisa Bomdespacho; MARTINS, Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim. (2022). Docência no Quilombo Itambé: história, memória e vivências. *Revista Educação e emancipação*. <https://doi.org/10.18764/2358-4319v15n1.2022.5>
- FREIRE, Paulo. (2016). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GADOTTI, Moacir. (1998). *Pedagogia da Práxis*. São Paulo: Cortez.
- GPHEG. *Grupo de Pesquisa em História da Educação, Acervos Históricos Institucionais e Gênero*. Disponível em: <https://www.ufmt.br/unidade/gp heg>. Acesso em: 03 mar. 2025.
- GRAMSCI, Antonio. (1981). *Cuadernos de la cárcel*. Ediciones Era, S. A de C. V, México.
- KANE, Liam. (2001). *Popular Education and Social Change in Latin America*. Latin American Bureau.
- KILOMBO. *Rede Kilombo*. Disponível em: <https://kilombo.pro.br>. Acesso em: 10 mar. 2025.
- LE GOFF, Jacques. (1990). *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão [et al.]. Campinas, SP Editora da UNICAMP.
- MICHI, Norma. (2010). *Movimientos campesinos y educación*. Buenos Aires: Editorial El colectivo.
- MUNANGA, Kabengele. (2006). *O negro no Brasil de Hoje*. 1. ed. São Paulo: Global/Ação Educativa, 2006.
- NORA, Pierre. (2012). Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução AUN KHOURY, Yara. Projeto História: *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S. l.], v. 10, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 23 fev. 2025.
- RECONAL-Edu. *Rede de Pesquisa, Ensino e Extensão em Educação das Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte do Brasil e da América Latina*. Disponível em: <https://www.ufmt.br/unidade/reconaledu>. Acesso em: 10 mar. 2025.



SCANNONE, Juan Carlos. (1985). *Teología de la liberación y praxis popular: Una lectura argentina*. Salamanca: Sígueme.

STRECK, Danilo Romeu; ESTEBAN, Maria Teresa. (Org.). (2013). *Educação popular: Lugar de construção social e coletiva*. Petrópolis: Vozes.

TORRES, Rosa María. (1980). *Nicaragua: revolución y alfabetización*. México: Nueva Antropología, vol. IV, núm. 16, diciembre, pp. 155-176

TOSOLINI, Mariana. (2011). La Campaña de Reactivación Educativa de Adultos para la Reconstrucción: Una propuesta de educación popular (Argentina 73/74). Buenos Aires: *Revista Interamericana de Educación de Adultos*, 33(2), 98-115.

UFMT. Universidade Federal de Mato Grosso. Disponível em: <https://www.ufmt.br>. Acesso em: 03 mar. 2025.

#### COMO CITAR ESTE ARTIGO:

Ferreira, N. V. C., & Carceglia, D. M. EDUCAÇÃO POPULAR E QUILOMBOLA, BRASIL E AMÉRICA LATINA: REDE KILOMBO. *HOLOS*, 3(41). <https://doi.org/10.15628/holos.2025.18564>

#### SOBRE OS AUTORES

##### N.V.C. FERREIRA

Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU/MG. Estágio no Programa Intercalar de Doutorado em Educação na Universidade de Lisboa (PDSE-CAPES). Mestrado em Educação Pela Universidade de Franca – UNIFRAN. Professora Adjunta na Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Cuiabá. Pesquisadora líder do Grupo de Pesquisa e Estudos em História da Educação, Instituições e Gênero – GPHEG/CNPq, Coordenadora da Rede de Pesquisa, Ensino e Extensão em Educação nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil e na América Latina – RECONAL-Edu/UFMT e da Rede Centro Memória Viva do Instituto de Educação CMVIE/UFMT.

E-mail: [nilcevieiraufmt@gmail.com](mailto:nilcevieiraufmt@gmail.com)

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-9165-0011>

##### D. M. CARCEGLIA

Professor e investigador dedicado na práxis educativa tanto em instituições do sistema como em ambientes “não formais”, organizações variadas e territórios concretos. Suas áreas de especialização são a educação popular, a educação em direitos humanos para a construção da cidade – e as tecnologias. A investigação e o desenvolvimento de tecnologias e a sua aplicação nos âmbitos educativos – formais e não formais – fazem parte da sua proposta permanente na área de reflexão e formação docente; e nas práticas territoriais com setores populares.

E-mail: [danielcarceglia@gmail.com](mailto:danielcarceglia@gmail.com)

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-5278-4121>

**Editora Responsável:** Editora Responsável: Francinaide de Lima Silva Nascimento

**Pareceristas *Ad Hoc*:** Jefferson Bento de Moura e Carlos Edinei de Oliveira



**Recebido 28 de abril de 2025**

**Aceito:** 23 de novembro de 2025

**Publicado:** 16 de dezembro de 2025